



O funcionamento de pronomes em cartas pessoais e institucionais: uma análise discursiva

Maria das Graças Oliveira Sousa

PIBIC/CNPq - UFPB/Campus II

Este trabalho objetiva analisar o funcionamento dos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos em cartas pessoais e institucionais. A nossa perspectiva de estudo afasta-se tanto da abordagem dos pronomes na Gramática Tradicional quanto dos conceitos de dêixis e anáfora na lingüística convencional. A perspectiva da Gramática Tradicional é insuficiente para explicar o funcionamento dos pronomes no texto, uma vez que suas definições são categóricas, fechadas. Vejamos alguns exemplos:

(1) *Faço minhas as suas palavras*

Segundo a abordagem tradicional o termo “minhas” dá idéia de posse, mas entendemos por esse exemplo que esse termo não está significando que as palavras são da pessoa que fala, mas diz respeito ao domínio discursivo em que o falante atua.

(2) *Aquela ordem que você recebeu não será cumprida*

Novamente nos deparamos com uma situação em que a definição gramatical não se aplica, pois o pronome “aquela” não está indicando a posição do ser em relação à pessoa do discurso, mas se refere a algo que é do conhecimento dos interlocutores.

Por sua vez as abordagens convencionais no âmbito da lingüística radicalizam a relação entre o externo e o interno na linguagem através dos conceitos de dêixis e anáfora. Vejamos:

(4) *Fui visitar o Pedro, para o Pedro me dar notícias;*

(5) *Fui visitar o Pedro, para ele me dar notícias.*

Como podemos perceber na ocorrência (4), a construção da sentença, quando da utilização do termo “ele” em lugar de Pedro, apresenta-se

melhor estruturada. Os modernos impregnados de um tom mais científico, falam de uma preocupação de economia. Sabemos que conceber a anáfora como uma concepção de substituição traz sérias dificuldades desde a menos grave, que é obter uma frase não gramatical, até aqueles casos em que a substituição sem correções gramaticais leva a modificações de sentido muito sérias.

No exemplo:

(6) *Roberto alugou um apartamento muito bom. Só a cozinha é que é pequena.*

Percebemos que o termo “cozinha” é definido por meio de um componente não-linguístico, pois fizemos uma relação com o apartamento alugado por Roberto, para então sabermos de qual “cozinha” estávamos falando. Nesse momento saímos um pouco de “dentro” do texto. O conceito convencional de anáfora não se aplicaria aqui.

Para analisarmos casos como esse, trabalhamos com um corpus constituído por cartas pessoais e institucionais. Quanto às pessoais, a nossa análise consta de uma amostragem de oito cartas populares, recebidas por habitantes de Campina Grande, escolhidas aleatoriamente, sendo estas escritas por homens e mulheres com idade variando entre dezoito e quarenta anos, e com grau de escolaridade variando entre ensino básico e universitário. Quanto às cartas institucionais, estas, por sua vez, foram retiradas do jornal *Folha de São Paulo* na seção Painel do leitor no período de setembro de 96 a dezembro de 97.

Trabalhamos na perspectiva da Análise do Discurso, dado que é uma teoria que consegue articular os limites entre as formas lingüísticas e o texto, considerado na perspectiva do discursivo, isto é, do histórico-social. Ela é capaz de explicar a linguagem em sua materialidade. Tendo em vista as ligações que a teoria do discurso faz entre linguagem e sociedade, parece-nos ser esse o quadro teórico que mais poderia satisfazer ao nosso objetivo de explicar a relação entre o funcionamento dos pronomes e as formas de construção do texto, que se configura como uma prática social.

Pronome e discursividade em cartas institucionais e pessoais

A seguir apresentaremos estudos que estão direcionados para a linha discursiva, ao tratarem da referencialidade dos pronomes. Tais estudos vão preencher algumas das muitas lacunas deixadas pelos gramáticos tradicionais e pelos estudos de dêixis e anáfora de linha convencional.

Cardoso (1995), observa que um exame mais cuidadoso vai mostrar que os demonstrativos de terceira pessoa cumprem uma função discursiva. Segundo Serriot e Benveniste, a referência dos demonstrativos é determinada por um mecanismo sintático independente, mas a autora discorda de tal afirmação, pois considera que a referência dos demonstrativos se constitui num mecanismo discursivo, em cuja base está uma pressuposição.

Vejamos a partir de alguns trechos retirados das cartas “Realidade à janela” - (10/11/96), “Coerência” - (11/08/96) e “Ajuda aos argentinos” - (06/10/96), as quais se encontram na seção Painel do leitor da *Folha de São Paulo*, como se dá a referência dos pronomes demonstrativos:

(7)Essa realidade bate na janela de nossos carros todos os dias para cobrá-la. Moedas não bastam: é preciso dar aos outros a oportunidade que nos foi dada.

(10/11/96)

Podemos observar que o demonstrativo “essa” não aponta apenas para algo no mundo, mas para todo um universo discursivo, comum aos interlocutores.

Para a autora, a concepção tradicional de anáfora não funciona porque ela não privilegia o nível pragmático-discursivo, mas tão somente o nível sintático e o semântico.

No exemplo seguinte, vemos comprovado que o demonstrativo não significa um simples apontar para um objeto. Como diz Cardoso: “(...) o demonstrativo exibe um funcionamento exofórico pressuposicional, no sentido que remete a elementos pressupostos na interlocução (...)” . Observemos:

(8) Para isso basta que o presidente da República mostre sua cara, seja coerente com sua ideologia e reedite logo, por meio de medida provisória o ato institucional nº 05 de 1968.

(11/08/96)

Podemos acrescentar que, para sabermos a que estava se referindo o termo “isso”, foi preciso voltar ao tema inicial para então fazer a referência devida. Daí constatarmos que o domínio discursivo em que as pessoas estão inseridas também contribui para a compreensão do enunciado.

O mesmo ocorre com os exemplos seguintes, vejamos:

(9) “O governo precisa acabar de vez com essa novela das reformas administrativa, previdenciária, fiscal e emenda da reeleição, que o torna inoperante.

Para isso basta que o presidente da República mostre sua cara, seja coerente com sua ideologia e reedite logo, por meio de medida provisória o ato institucional nº 05 de 1968.”

(11/08/96)

(10) “Fiquei revoltado ao saber que aquela pessoa que se considera o maior defensor dos nossos empregos acabar de dar um “empurrãozinho” para os trabalhadores argentinos ...”

(06/10/96)

Podemos observar que, no exemplo (9), o demonstrativo “essa” não aponta apenas para coisa do mundo, mas para todo um universo discursivo, comum aos interlocutores. Ao utilizar o termo “Novela” para se referir ao problemas que ora assolam o País, o autor do texto é consciente que o leitor entenderá facilmente o significado que ele está dando ao assunto discorrido. Nesse caso, Cardoso (1997) afirma que “à linguagem sem o discurso seria o realismo ingênuo”, ou seja, seria pensar que a linguagem remete para aquilo que vemos. A novela funciona então como um “instrumento discursivo” em função do qual podemos falar das ações do governo.

Com relação ao exemplo (10), é possível constatarmos que o pronome “aquela” não obedece à descrição gramatical, por não remeter para um objeto no mundo. Logo podemos perceber que o autor do texto acima imagina que o leitor é conhecedor dos acontecimentos políticos que envolvem o país, para inferir sobre quem se falava. Nesse sentido, o sujeito não está pronto, é a partir da própria construção textual que o sujeito adquire identidade.

Atentemos agora para os exemplos retirados de cartas pessoais, em

que é analisada a referência dos pronomes pessoais:

(11) “o *filhinho do Ivan* já fez 1 aninho dia 24 de Abril, já está andando, ele é uma criança muito esperta, ele é uma gracinha de criança ...”

(12) “*lembrança de todos para você e abraço dela e um beijo que ela manda paravocê ...*”

No exemplo (11), percebemos que há a repetição do termo “ele”, referindo-se ao termo citado anteriormente “*filhinho do Ivan*”. Tal procedimento é entendido pelo destinatário, visto que há um tom familiar que marca esse tipo de carta. Para a Análise do Discurso, uma das maneiras de se trabalhar o sujeito é pensar na idéia básica de que há algum tipo de relação entre aquele que fala e o que ele fala. Já no exemplo (12), mesmo que quiséssemos retornar ao início da carta para sabermos a quem os pronomes “*dela*” e “*ela*” estavam se referindo, não conseguiríamos descobrir, pois não é uma anáfora, nem está apontando para algo no mundo. Novamente levamos em consideração o fato das pessoas partilharem os acontecimentos. Para a Análise do Discurso isso é perfeitamente possível, pois como sabemos o sentido não está nas palavras e sim no efeito de sentido produzido, de acordo com a situação em que foi elaborado o texto.

Concluimos portanto, que as definições tradicionais e convencionais apresentam-se insuficientes na discussão da questão da referencialidade e na explicação do funcionamento dos pronomes no corpus. Tal inviabilidade se dá pelo fato da visão tradicional não nos oferecer resposta aos casos que escapam à prescrição gramatical, já que trabalha com frases isoladas, não levando em consideração o texto. Já os lingüistas convencionais separam linguagem e mundo de modo radical. Para eles, dêixis é apontar para o mundo e anáfora é uma relação estritamente lingüística.

Tendo apresentado algumas ocorrências dos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, através de exemplos retirados das cartas pessoais e institucionais, foi possível verificar que esses pronomes não se apresentam obedecendo a definição gramatical, nem a visão lingüística convencional. Em se tratando das cartas pessoais, percebemos que não necessita de um conhecimento interpessoal dos interlocutores, mas de

uma interpretação do conteúdo pressuposicional presente no texto, para que houvesse uma progressão do mesmo. Já as cartas institucionais nos mostram situações em que temos que ter conhecimento dos pressupostos advindos dos acontecimentos históricos, políticos, econômicos e sociais da época, para dar continuidade ao texto. Nesses casos, não se trata simplesmente de se buscar algo exterior ao texto, mas de considerar as informações que não estão presentes materialmente, mas que estão pressupostas no próprio texto. Então, dizemos que esse tipo de carta se caracteriza pela interpretação do que foi dito anteriormente, diferentemente das cartas pessoais.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. (1929) **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CARDOSO, S. H. B (1992) **Isso é o que digo**. Estudos Linguísticos XXI. Jaú: GEL. p. 553-563.
- _____. **Referência e anáfora pronominal exofórica**. Estudos Linguísticos XXIV. São Paulo: GEL, 1995. p. 299-304.
- _____. **Demonstrativo, anáfora e pressuposição**. Letras & Letras 11(1). Uberlândia: UFU, 1995. p. 157-180.
- CELSONO, Celso C. F. da & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.
- FULGÊNCIO, Lúcia. **Exame da conceituação de anáfora e das suas relações com as noções de dado/novo**. Ensaios de Linguística 9. Belo Horizonte: UFMG, 1983.
- ILARI, Rodolfo et alii. **Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise**. in: CASTILHO, Ataliba T. de & BASÍLIO, Margarida. Gramática do Português Falado. vol. IV. Campinas: ed. da UNICAMP, 1996. p. 79-166.
- KOCH, Ingedore G. V. **Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1995.
- LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- MARCUSCHI, Luiz A. **Linguística de Texto: o que é e como se faz**. Série Debates I. Recife: UFPE, 1983.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.